



JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS

PLANO

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2024

Diretor do Foro

Juiz Federal Dr. Aloysio Cavalcanti Lima

Vice-Diretor do Foro

Juiz Federal Dr. André Luís Maia Tobias Granja

Diretor Administrativo

Gustavo de Melo Silva

Diretora de Gestão de Pessoas

Maria Teresa Lima Aragão

Supervisora da Seção de Treinamento e Desenvolvimento

Adriana Amancio de Almeida Oliveira

Elaboração

Seção de Treinamento e Desenvolvimento

2024

JUSTIÇA FEDERAL DE ALAGOAS

Av. Menino Marcelo, s/n - Serraria

CEP: 57046-000

Endereço Eletrônico: www.jfal.jus.br

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO
- DIRETRIZES
- OBJETIVO
- RESULTADOS ESPERADOS
- PROGRAMAS
- CAPACITAÇÕES LOCAIS
- CAPACITAÇÕES REGIONAIS

APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Capacitação (PAC) da Seção Judiciária de Alagoas obedece a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário, o Projeto Político-Pedagógico para Capacitação e Desenvolvimento dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo

graus, o Programa Permanente de Capacitação de Servidores da Justiça Federal – PNC e a Resolução TRF5, que institui o Programa de Capacitação no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

O Plano foi elaborado a partir do levantamento de necessidades de capacitação junto aos gestores das unidades do órgão e constitui um instrumento norteador das ações educacionais que serão promovidas no decorrer do ano de 2024. Tais ações compreendem eventos, cursos, treinamentos, presenciais e à distância, bem como, ações de educação formal.

É um instrumento contínuo de gestão de capacitação, que contempla as ações de aperfeiçoamento voltadas à necessária habilitação técnica para a formação básica e/ou específica dos servidores, considerando às áreas de interesse da Justiça Federal.

Segundo a Resolução CJF nº 126, de 22 de novembro de 2010, consideram-se áreas de interesse da Justiça Federal aquelas necessárias ao cumprimento de sua missão institucional, relacionadas aos serviços de processamento de feitos; execução de mandados; análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito; estudo e pesquisa do sistema judiciário brasileiro; organização e funcionamento dos escritórios judiciais e as inovações tecnológicas introduzidas; elaboração de pareceres jurídicos; redação; gestão estratégica, de pessoas, de processos, e da informação; material e patrimônio; licitações e contratos; orçamento e finanças; controle interno; segurança; transporte; tecnologia da informação; comunicação; saúde; engenharia; arquitetura, além dos vinculados a especialidades peculiares a cada órgão do Poder Judiciário da União, bem como aquelas que venham a surgir no interesse do serviço.

Por fim, cabe destacar que este plano não tem caráter vinculativo e não pretende esgotar as possibilidades de capacitação existentes e necessárias, sendo possível que outras ações, não contempladas no PAC, surjam ao longo do exercício. Neste caso, serão analisadas quanto à sua pertinência e viabilidade financeira, conforme as necessidades estratégicas da Instituição. Além disso, está sujeito à disponibilidade orçamentária.

DIRETRIZES

- Planejamento Estratégico da Justiça Federal;
- Plano Estratégico Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos servidores do poder judiciário do Conselho Nacional de Justiça;
- Programa Permanente de Treinamento e Desenvolvimento dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;
- Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas da Justiça Federal;
- Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região;
- Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas da Justiça Federal da 5ª Região;
- Recomendações da área de auditoria e dos órgãos fiscalizadores;
- Leis e normativos vinculados à capacitação de servidores do Poder Judiciário.

OBJETIVO

Desenvolver meios apropriados para aprimorar as competências dos servidores da Justiça Federal da 5ª Região (JFAL), promovendo a constante atualização do conhecimento sobre a legislação que orienta as áreas judiciária e administrativa. Nosso propósito é alcançar a eficiência na prestação de serviços, proporcionando um ambiente propício ao aprendizado e à troca de experiências. Buscamos criar condições que estimulem o desenvolvimento dos servidores, fortalecendo suas competências essenciais para alcançar a excelência em suas respectivas áreas de atuação. Acreditamos que essa abordagem contribuirá de maneira efetiva para elevar a qualidade dos serviços oferecidos pela JFAL.

RESULTADOS ESPERADOS

1. Cumprimento de um maior número de exigências de capacitação oriundas dos normativos da área;
2. Maior número de gestores capacitados;
3. Mais servidores capacitados no exercício;
4. Maior percentual de capacitações segmentadas por áreas funcionais;
5. Maior número de ações realizadas por instrutores internos;
6. Otimização dos recursos orçamentários disponíveis para a capacitação.

PROGRAMAS

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

O Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG visa atender às determinações da Portaria Conjunta nº3/2007 do STF e Tribunais Superiores, a Resolução nº536/2006 do CJF, que trata do Programa Permanente de Capacitação de Servidores da Justiça Federal–PNC, e os princípios da Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário, contidos na Resolução nº192/2014 do CNJ.

O objetivo geral do PDG é criar um ambiente de valorização da gestão e dos gestores por meio de estratégias de aprendizagem contextualizadas para o desenvolvimento de lideranças com ênfase no desenvolvimento das competências gerenciais gerais, estratégicas e técnicas requeridas.

PROGRAMA DE RECICLAGEM ANUAL DE SEGURANÇA

O Programa de Reciclagem Anual de Seguranças, tem por objetivo dar cumprimento ao previsto na Resolução nº 704-CJF de 27 de abril de 2021, que dispõe sobre o Programa de Reciclagem Anual de Segurança no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus, assim como, regulamenta sobre a obrigatoriedade da participação do (a) servidora (a) em programa de reciclagem anual para recebimento da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).

PROGRAMA DE ACOLHIMENTO DOS NOVOS SERVIDORES

Com o intuito de facilitar o processo de adaptação do recém-chegado, oferecemos indicações de capacitação essenciais para o desenvolvimento de competências fundamentais e habilidades técnicas específicas, direcionadas aos recém-ingressos nas carreiras judiciárias.

No ano de 2024, serão indicados cursos essenciais, incluindo ética no serviço público, SEI, proteção de dados pessoais no setor público e sustentabilidade na administração pública. Essas capacitações visam não apenas fortalecer as habilidades profissionais, mas também contribuir para a construção de um ambiente de trabalho mais ético, eficiente e sustentável.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Em 2024, a especialização em Direito Processual Civil promovida pela JFAL em parceria com a Universidade Federal de Alagoas continua em curso. Além disso, neste ano, inicia-se a especialização em Direito Processual Penal, também promovida pela JFAL em parceria com a Universidade Federal de Alagoas.

CAPACITAÇÕES LOCAIS

ÁREA/TEMÁTICA	AÇÃO PREVISTA	DEMANDANTE	PERÍODO PREVISTO
Ferramentas de Trabalho	Utilização dos Sistemas do INSS	Diretores de Varas	Junho
Ferramentas de Trabalho	Planilhas no EXCEL	Setores de Cálculos das Varas	Setembro
Ferramentas de Trabalho	Utilização do SEEU	Diretores de Varas	Março
Ferramenta de Trabalho	Utilização do BNMP	Diretores de Varas	Maio
Inovação	Utilização das funcionalidades do Microsoft Teams	Diretores de Varas	Abril
Inovação	Escrita Jurídica com o ChatGPT: Teoria e Prática	Diretores de Varas	Maio
Desenvolvimento Gerencial	Gestão de equipe em trabalho híbrido	Diretor da 10ª Vara e Resolução do CNJ 227/2016	Agosto
Segurança Institucional	Abordagem, Defesa pessoal, Armamento e Tiro	Seção de Segurança e Resolução nº 704 – CJF/2021	Outubro
Patrimônio	Desfazimento de Bens e a Gestão do Patrimônio Público	Seção de Material e Patrimônio	Agosto
Almoxarifado	Logística de Almoxarifado	Seção de Material e Patrimônio	Outubro

Licitações	Formação e Aperfeiçoamento de Pregoeiros	Seção de Licitações e Contratos	Junho
Contratos	Contratos Administrativos para formação e aperfeiçoamento de Gestores e Fiscais.	Seção de Licitações e Contratos e o Diretor Financeiro	Outubro
Contratos e Licitações	Planilha de Custos, Formação de Preços e Terceirização	Seção de Licitações e Contratos	Setembro
Orçamento	Retenções de Tributos na Administração Pública e Novas Declarações Obrigatórias	Seção de Orçamento e Finanças	Maiο
Contratos	Gestão da conta vinculada e pagamento pelo fato gerador para Gestores e Fiscais de Contratos	Diretor Financeiro	Agosto
Ferramentas de Trabalho	AUTOCAD	Seção de Administração Predial e Engenharia	Abril
Gestão	Gestão do Conhecimento/Gestão por Competências	Seção de Planejamento e Cumprimento de auditoria	Outubro
Gestão da Inovação	Formação de laboratoristas/Design Thinking	Seção de Planejamento e Meta 9 CNJ	2º semestre
Acessibilidade e Inclusão	Capacitação para atendimento ao público PcD	Resolução 401 CNJ/plano de ação da CAI-SJAL.	Abril
Acessibilidade e Inclusão	Curso de Libra	Resolução 401 CNJ/plano de ação da CAI-SJAL.	Maiο
Gestão Estratégica	Gestão de Projetos/Gestão de Portfólio	Seção de Planejamento	Novembro
Segurança do trabalho e prevenção de acidentes	Brigada de Incêndio	NGP	Novembro
TI	Treinamento Zabbix	NTI	2º semestre
TI	Treinamento Keycloak	NTI	2º semestre

CAPACITAÇÕES REGIONAIS

ÁREA/TEMÁTICA	AÇÃO PREVISTA	DEMANDANTE	PERÍODO PREVISTO
---------------	---------------	------------	------------------

Assédio	Curso - Capacitação para as Comissões	Resolução CNJ nº 351/2020	Maio
Acessibilidade e Inclusão	Curso de Acessibilidade Comunicacional	Plano Logística Sustentável - Resolução CNJ nº 401/2021 e Resolução Pleno 16/2021	Abril
	Semana de Acessibilidade		Setembro
	Curso - Equipes de TI		A definir
	Curso - Equipes de Arquitetura		Abril
	Curso - Equipes de Gestão de Pessoas (atendimento pleno)		Setembro
Nome Social	Identidade de Gênero	Resolução CNJ nº 270/2020	Maio
Diálogos Essenciais	Autismo	Resolução CNJ nº 401/2021 e Resolução Pleno 16/2021	Abril
	Abuso Sexual de Crianças e Adolescente	Resolução CNJ 498/2023	Maio
	Liberdade Religiosa	Resolução CNJ 440/2022	Junho
	Saúde mental e combate ao Suicídio	Resolução Nº 487 de 15/02/2023	Setembro
	Direito da Pessoa Idosa	Resolução CNJ nº 520, de 18/09/2023	Outubro
	Enfrentamento da Violência Contra a Mulher	Resolução Nº 254 de 04/09/2018	Novembro
Racismo	Curso sobre o racismo	Resolução CNJ nº 351/2020	Março
Direito dos Povos Indígenas	Curso sobre do Direito dos Povos Indígenas	Resolução no 454, de 22/04/2022	A definir
o Ambiente / Sustentabilidade	Contratações públicas sustentáveis	PLS/Resolução nº 400/2021 CNJ	Junho
	Palestra Direitos da Natureza	PLS/Resolução nº 400/2021 CNJ	Junho
Pessoas em Situação de Rua	Ação de sensibilização (oficina ou palestra - capacitação do grupo)	Resolução CNJ 425/2021	Outubro
Governança nas contratações	Curso sobre Governança nas contratações	Resolução CNJ 347/2020.	Agosto
Ética	Curso do CJF	Resolução CNJ 147/2011 e Ofício CNJ 83/2021	Abril
Auditoria	Aguardar sugestão da área de auditoria	Resolução CJF 677/2020	A definir

Operação Judiciária Nacional	Projeto da SJRN	Recomendação CNJ N. 107/2021	A definir
Inovação	Palestra/Workshop sobre Escrita Jurídica com o ChatGPT	Diretores de Varas	2º semestre
Planejamento Estratégico	Oficina de Projetos	Setores de Planejamento	1º semestre
Engenharia	Revit	Setores de Engenharia	Maio
Precatórios	Curso Precatórios	Setores que trabalham com precatórios	2º semestre
Formação de Conciliadores	Curso por Instrutoria	Resolução Nº 125 de 29/11/2010 do CNJ e Portaria do CNJ nº 297 de 17/12/2020	A definir
Formação em Justiça Restaurativa	Curso a definir	Resolução Nº 225 de 31/05/2016	A definir
Gestão Documental	Curso a definir	Resolução Nº 324 de 30/06/2020	2º semestre
Orçamento e Finanças	Curso de gestão de programação financeira	Setores de Orçamento	A definir
TD&E	Curso Gestão por Competência	Atendimento a auditoria do CJF	Agosto



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA AMANCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA**, **SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO**, em 27/02/2024, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4125628** e o código CRC **C7A4CED7**.